



SONS E SILÊNCIOS: UMA BREVE ANÁLISE DAS MÚSICAS DE PROTESTO NOS ANOS DO REGIME MILITAR DO BRASIL

Gregor Castro Erbiste¹

Zara Rego de Souza²

RESUMO: No intuito de demonstrar seu descontentamento com a ditadura civil-militar no Brasil, professores, estudantes, políticos, pensadores e personalidades, utilizaram dos meios ao seu alcance para se manifestarem. O objetivo desse artigo é explicar e contextualizar o período histórico da ditadura civil-militar brasileira através da análise das *músicas de protesto*. Realizou-se uma revisão bibliográfica de textos que tratam do período e da análise literária das músicas de protesto. Os resultados demonstraram as letras das músicas como instrumentos importantes de análise de um período histórico em que os cantores viveram, no caso específico desse trabalho, o período da ditadura civil-militar no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Músicas de Protesto; Repressão.

INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar no Brasil, período caracterizado pela condução do aparato estatal pelos militares, data do último dia 1º de abril de 1964, com o afastamento do então presidente da República João Goulart, a tomada do poder pelos militares e a nomeação do Marechal Castelo Branco à presidência. Esse marco institui o início de uma série de eventos que perdurariam até a eleição, ainda que indireta, de Tancredo Neves, em 1985. Tais eventos, estariam compreendidos em um espectro de arbitrariedades praticadas por parte do Estado, como Atos Institucionais (AIs), perseguição política a personalidades e opositores do regime, além de ações violentas, incluindo assassinatos e torturas, contra diversos segmentos populacionais do período.

¹Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

²Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

O primeiro ato dos militares no poder foi a instituição do AI-1, ainda em 9 de abril de 1964, que concedia ao governo o poder de anular mandatos legislativos, alterar a constituição, interromper direitos políticos por um período de 10 anos e, demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que fosse contra o que foi classificado como a “segurança do país”, além de determinar eleições indiretas para o cargo de presidente da República. Ademais, nesse momento, houve um inchaço do papel do poder executivo dentre os demais, já que a ele foi atribuído, também, o papel de legislar.

Assim, a década de 1960, se iniciou com diversas transformações no país. Além da grande interferência do governo nos setores representativos civis da sociedade, tais quais partidos políticos, sindicatos, agremiações estudantis e outras organizações, houve, também, um período de abertura econômica ao capital externo, aumento na concentração de renda, concomitante ao crescimento da dívida externa.

Como resposta às arbitrariedades do Estado, diversos segmentos da sociedade se manifestaram no intuito de demonstrar seu descontentamento com o regime recém instaurado. Professores, estudantes, políticos, pensadores e personalidades, utilizaram dos meios ao seu alcance para se manifestarem. Essas formas de manifestação incluíam passeatas, greves, a produção de uma literatura, bem como o surgimento de um movimento cultural incisivo sobre o período. É exatamente esse aspecto cultural, mais especificamente o que ficou conhecido como as *músicas de protesto*, que esse artigo pretende desenvolver. O objetivo é explicar e contextualizar o período histórico da ditadura civil-militar brasileira por meio da análise dessas canções. As seguintes perguntas orientaram a análise: o que foi o período compreendido como ditadura civil-militar no Brasil? O que aconteceu nesse período? O que são as músicas de protesto? Quem cantava e o que diziam essas músicas?

Por meio do estudo da bibliografia existente sobre a ditadura e a análise literária dessas canções, buscou-se compreender melhor sobre alguns aspectos do regime militar, como os atentados contra a vida e à liberdade de expressão.

Esse trabalho encontra-se estruturado em três partes. A primeira há de abordar mais detalhadamente aspectos sobre a ditadura civil-militar no Brasil, descrevendo como se deu a tomada do poder pelos militares, bem como alguns eventos que marcaram o período. A segunda parte do texto trata das músicas de protesto, abarcando discussões sobre sua natureza, quem as produziam, e o que era retratado nessas canções, seguido da análise das letras das músicas que atuavam no sentido de

denunciar a atuação do Estado, bem como estratégias utilizadas pelos autores para contornar os órgãos de censura. Por fim, não de serem apresentadas as considerações finais das discussões discorridas ao longo do texto.

A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Os 21 anos do período histórico compreendido entre os anos de 1964 a 1985, foram caracterizados como a ditadura civil-militar no Brasil. Ao longo desses anos, militares ocuparam o poder e governaram o Brasil, alterando a constituição e, assim, ferindo princípios básicos da democracia. É constante na literatura, o uso do termo *civil-militar* para retratar esse período. Denise Rollemberg (2003) destaca uma tese de doutorado de René Dreifuss, no início dos anos 1980, que comprova por meio de uma vasta documentação a participação da sociedade civil nesse movimento. Assim, Dreifuss o caracteriza como *golpe civil-militar*.

O golpe dado pelos militares foi justificado segundo a alegação de que seria necessário se reestabelecer a ordem no país, diante da forte presença comunista que ameaçava a pátria. Isso, pois o governo do presidente João Goulart, deposto pelo golpe, “teve uma importância significativa na história brasileira [...] por apresentar propostas de transformação na da sociedade brasileira, mesmo pela via reformista, que de modo mais ou menos profundo, atacavam o seu perfil extremamente desigual” (STEFFENS, 2017, p. 19-20). Em uma reflexão sobre o papel da imprensa na democracia brasileira dos anos de 1960, Steffens (2017) discorre acerca das reportagens publicadas pelo jornal Folha de São Paulo no dia 1º de abril de 1964 (dia da instauração das forças militares no governo), e relata que

[o] jornal foi novamente duro com o presidente da República [João Goulart]. Acusando-o de incentivar a quebra de hierarquia no seio das Forças Armadas e atacando, como fizera ao longo do mês de março, as reformas de base. O periódico continuava a atacá-las, não demonstrando, no entanto, sua oposição a elas, mas sua oposição ao governo que não conseguia, por sua fraqueza e incapacidade, dar-lhes conteúdo. Para a *Folha*, Jango usava as reformas de modo demagógico e acima da Constituição, e não tinha intenção “verdadeira” de realizá-las (STEFFENS, 2017, p. 40, grifos do autor).

Ao final de sua análise sobre a imprensa, o autor reforça essa ideia da ameaça comunista, dizendo que

[a] *Folha de São Paulo* se utilizou da demonização dos comunistas para marcar sua posição anti-Jango e para aglutinar as diversas forças conservadoras que, no período (MOTTA, 2002), agiam aberta e claramente para barrar uma pretensa ameaça vermelha, independentemente de isso representar o enfraquecimento da democracia e uma barreira para a discussão de projetos de desenvolvimento para o país, debate com o qual, definitivamente naquele momento, o jornal não estava preocupado (STEFFENS, 2017, p. 44, grifos do autor).

Com isso, diversos aparatos foram utilizados, por parte dos militares, em nome da salvação do país a esta ameaça, incluindo o uso da força contra vários movimentos, grupos, instituições, sindicatos e/ou pessoas consideradas como “ameaçadoras da ordem”. De acordo com Napolitano (1988, p. 45), “a única instituição que conseguiu escapar do controle do governo foi a Igreja Católica”, pois era protegida pelo Vaticano.

Tendo em vista uma enorme não-aceitação e resistência da sociedade, os militares decidiram decretar medidas drásticas que os favoreciam. Então, o general Arthur da Costa e Silva que governava o Brasil em 1968, decretou no mesmo ano o dispositivo jurídico-político conhecido como Ato Institucional Número 5 (AI-5).

Na prática, o decreto [do AI-5] suprimiu as liberdades individuais, deu poderes extraordinários ao presidente, dissolveu por tempo indeterminado o Congresso e abriu espaço para a sistematização e a institucionalização da censura, das prisões arbitrárias e das torturas. Simultaneamente, foram cassados 30 prefeitos, 36 vereadores, 178 deputados estaduais e 105 senadores e deputados federais (DOMINGUES; PINHEIRO; LIMA, 2007, p. 34).

Como relatado no trecho acima, a instauração do AI-5 fez com que diversas medidas se tornassem legais, como a violência, tortura, prisões, censuras, entre outras.

Sobre a violência, vale destacar o texto “O movimento estudantil de 1968 contra a ditadura e a violência de Estado” escrito por Luís Antônio Groppo (2017), em que seus objetivos são analisar o movimento estudantil de 1968 no Brasil como parte dessa onda mundial de revoltas, e compreender os sentidos da violência para os “donos do poder” (governantes do período) e para os membros do movimento estudantil.

Segundo o autor, “[n]o movimento estudantil brasileiro de 1968 se ilustra mais claramente, e até mais conscientemente, a questão da violência e a passagem da retórica da mobilização social para a retórica da violência” (GROPPO, 2017, p. 17). Com isso, o movimento estudantil encontrou-se em uma contradição entre vários pontos, como “o crescimento das manifestações de massa e o domínio da retórica da luta armada; discursos e intrigas entre lideranças juvenis sobre o papel da violência

estudantil, justo em passeatas e atos públicos de massa” (GROPPO, 2017, p. 17), entre outros. Em seguida, o autor aponta que houve um marco de dois eventos que convenceram muitos militantes do movimento estudantil a adesão à grupos armados clandestinos como única alternativa eficaz ao regime: o cerco à Ibiúna e o AI-5. Constatam-se duas justificativas para o uso dessa violência por parte dos militantes: a primeira, dita pelos próprios, seria que “a própria intransigência das autoridades os levava a isto: ‘Estamos num impasse: não queremos a violência, e já esgotamos os meios pacíficos, sem que a direção da escola nos dê a mínima atenção’” (GROPPO, 2017, p. 17). E a segunda justificativa seria da identificação das próprias arbitrariedades e brutalidades do Estado. Sendo os militantes vistos como ameaça aos “donos do poder”, estes usavam a violência como justificativa para manter a ordem nacional livre de inimigos. Dentro desse ciclo com a violência legitimada por parte do Estado, os militantes a viam como única alternativa eficaz.

A censura desse período tratava-se de uma estratégia dos militares governantes passarem uma boa imagem de suas ações para a população em geral. Para isso, foi proibido qualquer menção de suas ações de forma negativa na mídia, imprensa, música, escolas, filmes, teatros, etc. “De ato em ato montou-se um aparato controlador de grande eficiência, que iria espalhar censores por toda a parte, cortando e alterando tudo aquilo que não atendesse aos ideais militares e conservadores” (SAMWAYS, 2008, p. 4).

A censura se fez presente nas músicas de protesto de cantores como Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, entre outros. Ao terem que lidar com esse impeditivo, esses cantores não deixavam de compor e de retratar o que era a ditadura, e então, tiveram de achar formas de driblar a censura por meio de jogos de palavras, ambiguidades e sonoridades, como será demonstrado na seção a seguir.

AS MÚSICAS DE PROTESTO

Com o decreto do AI-5, o ambiente de tensão implantado pelo regime militar se intensificava, os desaparecimentos, as perseguições e a censura, se tornaram cada vez mais frequentes. Diante disso, muitos artistas se empenharam na luta contra a censura e contra o controle imposto pelo Estado, muitos deles, ligados à música, utilizavam de suas canções para afrontar o regime, instaurando, no imaginário da sociedade, a possibilidade de liberdade. Esses autores e compositores tornaram-se

grandes porta-vozes do período, unindo diversas categorias da sociedade em torno dos valores democráticos.

Ainda que sob forte censura, esses artistas, através da música popular, foram fundamentais para disseminar na sociedade o ideal de liberdade. Segundo Adriana Valério Maia e Mariese Ribas Stankiewicz (2015),

[m]esmo com as condições adversas, esses artistas levaram o país a uma efusão cultural, ou seja, durante as décadas de 60 e 70, o país assistiu a uma produção cultural muito intensa em todos os setores. Dessa forma, durante esse período, o campo literário e artístico alcança grande destaque, pois se apresentava como uma forma de denúncia, de crítica à realidade[...] (MAIA; STANKIEWICZ, 2015, p. 2).

Essas canções, então, foram denominadas de “canções de protesto” e concentravam os anseios de liberdade, democracia e forte oposição ao regime militar. Portanto, essas músicas tinham por objetivo o combate social, em suas letras, eram contempladas as situações de exploração e de injustiça sofrida por grupo minoritários da sociedade da época, como operários, moradores de periferias – nos campos – e, sertanejos e agricultores – nos campos –. As canções de protesto serviram, também, para a consolidação da música popular e do MPB.

Tomando a música como um “estilo cultural de época” (JUNIOR, 1990), é possível perceber diversos elementos que nos possibilitam compreender melhor aspectos de um período específico da história. No caso das canções de protesto, mais especificamente as produzidas nas décadas de 1960 e 1970, é possível perceber elementos descritivos sobre o período da ditadura civil-militar, tanto das violências cometidas pelo Estado, quanto do pensamento que circundava parte da sociedade naquele momento.

Diante disso, a seguir, algumas canções vão de ser analisadas a fim de se compreender os elementos que circundavam o autor no momento de sua composição.

Censura

O primeiro aspecto que há de ser aqui ponderado, é a questão da censura. Para tanto, foram separados trechos de músicas do período que abordam o tema.

Na música *Cálice*, de autoria de Chico Buarque de Holanda, diversos versos apontam para a questão da censura. A iniciar pelo título, que apresenta uma palavra

ambígua, onde tanto é possível compreender um caráter religioso, tanto para a ação de “calar-se”. No refrão, essas duas dimensões se mostram mais visíveis:

Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

No primeiro verso, a dimensão religiosa serve de véu para esconder o protesto contra a censura, “*afasta de mim esse cálice*”, traduz a insatisfação do autor sobre o regime e o controle da expressão. Já o verso final do refrão traz, novamente a dimensão religiosa do cálice contendo o sangue de Jesus. No entanto, o autor aponta para o sangue de jornalista, escritores e de aqueles muitos que sofreram com a repressão do regime, no que tange a liberdade de expressão. Outra estrofe que caracteriza a questão da censura é:

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta

Nesse trecho, é possível extrair que não é porque não se pode manifestar, ao menos verbalmente, que o sentimento e o desejo por liberdade não existem. Exatamente por esse motivo, as ruas da cidade nunca estariam em silêncio. Da mesma forma a estrofe:

Esse silêncio todo me atordoa
Atordoados permanecemos atentos
Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa

Novamente a questão do silêncio e de uma ânsia pela fala. No entanto, “ver emergir o monstro da lagoa”, “*a qualquer momento*”, pode indicar uma mudança prestes a ocorrer. O despertar de um grande monstro, dos movimentos populares, que engoliriam o poderio da ditadura.

Tortura e violência

Outro ponto, constantemente abordado pelas canções do período é a violência e as torturas acometidas pelo Estado. Ainda na música “*Cálice*” de Chico Buarque, é possível observar a estrofe:

Quero perder de vez tua cabeça
Minha cabeça perder teu juízo
Quero cheirar fumaça de óleo diesel
Me embriagar até que alguém me esqueça

O verso destacado faz alusão à execução do filho da estilista Zuzu Angel, durante o regime. Devido a isso ela se tornou uma forte militante contra a ditadura e na busca pelo seu filho.

Já na música “*O bêbado e a equilibrista*”, em 1979, gravado por Elis Regina, observa-se o pedido da população pela anistia, um movimento consolidado no final da década de 70.

Que sonha com a volta do irmão do Henfil
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora
A nossa Pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarisses
No solo do Brasil

A letra fala sobre o choro de “*Marias e Clarisses*”, em alusão às esposas do operário Manuel Fiel Filho e do jornalista Vladimir Herzog, assassinados sob tortura pelo exército durante a ditadura. Bem como uma referência à mãe do Henfil e Betinho, exilados e outras tantas mães de exilados.

Resistência

Outro aspecto que circundava os compositores do período militar certamente tangia a resistência. Isso se dava de diversas formas, mas, constantemente fazendo alusão à união e a expectativa de liberdade. Como exemplo desse aspecto, é possível apontar a canção “*Para não dizer que não falei das flores*”, posteriormente conhecida por “*Caminhando*”, de Geraldo Vandré. A primeira estrofe, aborda diversos elementos da resistência:

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não (1)
Nas escolas, nas ruas, campos, construções (2)
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer (3)
Pelos campos a fome em grandes plantações (4)
Pelas ruas, marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão (5)

Como é possível de observar, o primeiro verso assinalado (1), aponta para uma concepção de unidade, mesmo com pensamentos dissidentes. O segundo (2), concluindo um pensamento, aborda essa união contemplando diversos âmbitos da sociedade, que também estariam sofrendo com o regime. O terceiro verso apontado (3), opera como um chamado para o enfrentamento. Por conseguinte (4), a questão da reforma agrária, tão combatida pelo regime, é utilizada como uma das desculpas para a deposição do presidente João Goulart sob a alegação de um “avanço comunista”. Por fim(5), esse elemento de enfrentamento parece estar associado à luta não violenta, visto que esse aspecto já se encontra já utilizado pelos militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável os impactos que a ditadura militar do Brasil teve na sociedade. Como relatado nas seções acima, os militares não mediram esforços para controlar a “ameaça” comunista dita por eles. Usou-se da violência, censura, prisão, e até do assassinato para atingirem seus objetivos.

Todas essas ações, principalmente a violência física, deixaram marcas no povo brasileiro. Marcas essas de todos os sentidos, desde pessoas que a referenciam como algo bom (movimentos pró-ditadura; figuras como Jair Bolsonaro, entre outros), desde pessoas que ainda sentem a dor dos seus efeitos. De qualquer modo, é válido que seja diariamente discutido e lembrado esses impactos, seja por debates em escolas e universidades, seja por documentários, seja por *replays* das músicas de protesto.

Sobre as músicas, já que foi esse o foco maior do trabalho – explicar e contextualizar o período histórico da ditadura militar brasileira por meio da análise de músicas de protesto –, faz-se necessário mencionar sua importância ao retratar esse período e deixar gravado – ainda que por meio de artefatos para evitar a censura – como é crucial a participação popular na política, por meio de movimentos sociais, de grupos organizados, de canções, etc. Pode-se dizer que esses eram porta-vozes de grupos que eram oprimidos, torturados; de grupos que lutam por um ideal democrático que todos têm o direito constitucional de usufruir. Portanto, que esse período sirva de aprendizado. E que possamos lembrar constantemente dos tempos sombrios vividos por nossos antepassados, “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

É preciso assumir, coletivamente, a tarefa de abrir espaço para a memória, o compartilhamento da dor, a elaboração do luto e o aprendizado sobre o passado, para que se desenvolva a tolerância no sentido do respeito ao outro e se evite a propagação e a banalização de práticas e discursos autoritários de tantos “Bolsonaros” que exaltem a violência e agridam a democracia. Isso significaria o perigo de voltarmos a viver em tempos sombrios (ROVAI, 2017, p. 21).

REFERÊNCIAS:

BUARQUE, Chico. **Cálice**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/chico-buarque/45121/>>. Acesso em 30 de jan de 2018.

DOMINGUES, Daniele; PINHEIRO, Marcos; LIMA, Talita. AI-5: O Golpe dentro do Golpe. **Eclética**, PUC-RIO, p. 33-36, jul/dez, 2007.

GROPPO, Luís Antônio. O movimento estudantil de 1968 contra a ditadura e a violência de Estado. In: NETO, Mário Daniele; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia (org.). **Narrativas sobre tempos sombrios: ditadura civil-militar no Brasil**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

JÚNIOR, Weber Abrahão. Música e ensino de história: isso dá samba? **Cadernos de História**, Uberlândia, 1 (1): 13-17, jan./dez., 1990.

MAIA, Adriana Valério; STANKIEWICZ, Mariese Ribas. A música popular brasileira e a ditadura militar: vozes de coragem como manifestações de enfrentamento aos instrumentos de repressão. 2015. 13 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1968**. São Paulo: Atual, 1998.

REGINA, Elis. **O bêbado e a equilibrista**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/elis-regina/45679/>>. Acesso em 30 de jan de 2018.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROVAI, Marta G. O. Afinal, por que lembrar? In: NETO, Mário Daniele; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia (org.). **Narrativas sobre tempos sombrios: ditadura civil-militar no Brasil**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar**. Disponível em: <http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212349634_ARQUIVO_Censuraaimpressaeabuscadelegitimidadenoregimemilitar.pdf>. Acesso em 31 de jan de 2018.

STEFFENS, Marcelo Hornos. A Folha de São Paulo fala sobre o março de 1964: os editoriais do jornal à “espera” do golpe civil-militar. In: NETO, Mário Daniele; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia (org.). **Narrativas sobre tempos sombrios: ditadura civil-militar no Brasil**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

VANDRÉ, Geraldo. **Pra não dizer que não falei das flores**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/geraldo-vandre/46168/>>. Acesso em 30 de jan de 2018.